

Nesta edição

- Reunião anual do Congresso chinês marca mudança de paradigmas econômicos em razão da crise Pág.01
- China ultrapassa os Estados Unidos e se torna principal destino das exportações brasileiras em março Pág.05
- China muda foco de investimentos no exterior e prioriza ativos estratégicos ao crescimento Pág.07
- Oscilações marcam início do relacionamento entre China e Estados Unidos na era Obama Pág.08
- Rejeição de oferta da Coca-Cola por Huiyuan Juice Group gera incerteza entre investidores Pág.10
- Baosteel acelera processo de consolidação industrial e adquire participação em rivais menores Pág.11
- Dragonomics analisa processo de urbanização na China Pág.12

Curtas

- Argentina e China estabelecem memorando de *swap* cambial para financiar comércio em moeda local Pág.16
- Telemar capta US\$ 300 milhões do China Development Bank Pág.16
- China iniciará plano de reestruturação da indústria automobilística Pág.17

Veja demais curtas

Poder Legislativo

Reunião anual do Congresso chinês marca mudança de paradigmas econômicos em razão da crise

O 11º Congresso Nacional do Povo da China (NPC, na sigla em inglês) rompeu com hegemonia de temas relacionados a superaquecimento econômico e inflação na agenda governamental do país, presentes ao menos nos últimos três anos. Nas reuniões anuais do órgão, realizadas em março, a promoção de desenvolvimento econômico, via manutenção de ritmo de crescimento acelerado, serviu de base ao pronunciamento do primeiro-ministro Wen Jiabao. Por detrás do reconhecimento de que “2009 será o ano mais difícil para a China desde o início do século XXI”, Wen Jiabao não somente elucidou preocupação do governo face à desaceleração da economia mundial, como também novamente retratou de forma fidedigna problemas que há tempos desafiam estabilidade socioeconômica do país.

Os lemas “sociedade harmoniosa” e “crescimento científico”, exaustivamente repetidos pelos líderes chineses em anos anteriores, dessa vez ausentaram-se quase por completo. Esse fato evidencia que a pressão exercida pelo presidente Hu Jintao e Wen Jiabao para mudança do modelo de crescimento econômico da China, lembrando que estes combatiam o modelo do ex-presidente Jiang Zemin de crescimento a qualquer custo, parece não ter a mesma força em tempos de crise da economia mundial. No entanto, era impossível que princípios do modelo defendido pelo atual presidente – proteção ambiental, amenização de

[Leia mais](#)[Carta da China 42](#)

disparidades sociais entre regiões e classes e incentivo à inovação tecnológica – não estivessem inseridos, direta ou indiretamente, em medidas anunciadas de combate aos efeitos da crise no país.

Nesse sentido, o pacote de estímulo lançado em novembro de 2008 e aprovado durante as últimas plenárias do Congresso serve não somente à recuperação de índices macroeconômicos, como também para atenuar possíveis tensões decorrentes do aumento de desemprego no país, que podem colocar em risco legitimidade do Partido. A relação entre crescimento econômico, aprimoramento das condições de vida e (limitada) liberdade civil – construída e sustentada pelo governo chinês desde o início do processo de abertura econômica em 1978 – aparece, pela primeira vez em tempos, sob o risco de fragilidade.

De acordo com dados oficiais, o índice de desemprego no país em 2008 foi de 4,2%, valor 0,2 pontos percentuais (p.p.) inferior ao apresentado em 2007. Contudo, por não incluir a zona rural em seu cálculo, e especialmente por excluir massa de trabalhadores migrantes que saem do campo para a cidade à procura de emprego, o desemprego real na China pode ser significativamente superior ao divulgado por Pequim. Dessa forma, os aproximadamente US\$ 580 bilhões que serão injetados na economia nos próximos dois anos pelo pacote de estímulo podem ser considerados também instrumento de contenção de manifestações sociais – embora seja discutível o volume exato de “dinheiro novo” contabilizado neste montante, uma vez que parte dos investimentos já estavam previstos antes da crise.

A priorização do setor de infraestrutura pelo pacote de estímulo corrobora a necessidade de manter taxa de crescimento do PIB de cerca de 8%, patamar necessário à absorção da mão de obra migrante para grandes centros urbanos de acordo com o governo central chinês. Aproximadamente 60% dos 77 milhões dos empregados no setor de construção são de trabalhadores rurais que buscam na zona urbana melhores oportunidades. Tal setor é apontado por alguns analistas como maior culpado pela desaceleração da China, uma vez que sustenta a indústria de base chinesa responsável pela maior parcela da produção industrial do país.

[Leia mais](#)[Carta da China 43](#)

Pouca clareza, porém muitas metas e propostas – Como de costume, Wen Jiabao anunciou metas para os principais índices macroeconômicos em 2009. Para o PIB foi estabelecida meta de crescimento de 8% novamente, valor idêntico ao desejado pelo governo em 2007 e 2008, além de próximos aos 7,5% anunciados em 2006. Entretanto, as medidas necessárias a sua concretização são de caráter opostos, visto que em 2006, 2007 e 2008 a economia chinesa apresentava sinais de superaquecimento, expandindo-se respectivamente 11,1%, 13% e 9%. A inflação, que configurava entre principais pesadelos do país e ainda nos últimos meses de 2008 já apresentava redução significativa, deverá encerrar 2009 próximas a 4%. Já a constante preocupação em reduzir a oferta monetária foi visivelmente revertida, uma vez que a meta estabelecida foi de 17%, valor 5 p.p. superior ao anunciado nas reuniões do NPC de 2008.

Principais metas para 2008 e 2009

Índices	Metas 2008	Resultados 2008	Metas 2009
PIB	8%	9%	8%
Inflação (IPC)	4,8%	5,9%	4%
Desemprego	4,5%	4,2%	4,6%
Oferta de moeda (M2)	12%	17,8%	17%

Fonte: Congresso Nacional do Povo

Para aqueles que esperavam maior detalhamento de investimentos previstos pelo programa de estímulo econômico ou das demais medidas de igual propósito, o NPC não surpreendentemente decepcionou. Apesar de ser formalmente o órgão legislativo de maior importância da China, são o Politburo e seu Comitê Permanente que concentram principais figuras políticas do país, bem como verdadeiro poder decisório. Na prática, o Congresso Nacional do Povo apenas ratifica decisões tomadas durante a reunião anual do Congresso Nacional do Partido Comunista, realizada nos meses de outubro.

Entre as poucas informações mais específicas sobre o pacote de arrefecimento têm-se a redução do montante de investimentos anunciado em novembro de 2008 destinados à

proteção ambiental, saúde, educação, moradia e cultura em US\$ 29,2 bilhões. Gastos em infraestrutura urbana também diminuíram em cerca de US\$ 44 bilhões desde o anúncio de novembro de 2008. Em contrapartida, fundos para aprimoramento tecnológico e reestruturação de empresas estratégicas dobraram, de US\$ 23,4 bilhões para US\$ 54,1 bilhões.

Consumo doméstico, a promessa - Como já havia ficado evidente desde o início do agravamento da crise, para o governo central outro importante instrumento de combate à desaceleração da economia chinesa é o consumo doméstico. Por meio de subsídios diretos e indiretos ao consumo, aprimoramento de serviços e maior cobertura do sistema de saúde, bem como extensão de programas de previdência social e educacional, o governo pretende aumentar em 2009 a renda média disponível para consumo na zona urbana e rural em mais de 8% - estas em 2008 registraram crescimento real de 8,4% e 8,0%, respectivamente.

Para a zona rural foi reservado aumento e novos subsídios ao consumo de aparelhos eletrodomésticos, como refrigeradores, condicionadores de ar, computadores, microondas, fogões elétricos, televisores, entre outros. A aquisição de alguns desses produtos já era facilitada desde o final de 2007, não somente para estimular determinados setores da economia, mas também como parte de política de inclusão social de camadas menos favorecidas no processo de desenvolvimento econômico.

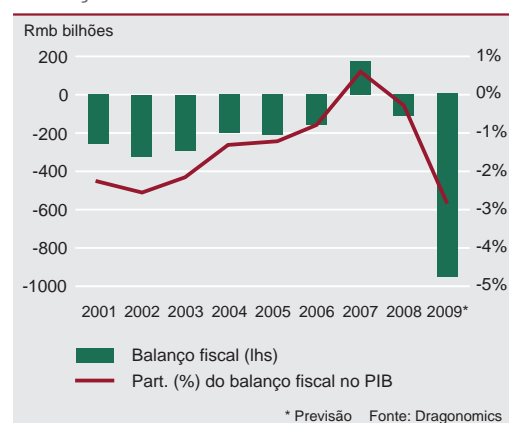
Compra de veículos também receberá benefício específico em 2009. Cerca de US\$ 730 milhões serão cedidos à população rural para que estes possam trocar tratores de baixa velocidade e veículos de três rodas por outros mais modernos. Ainda, poderão ser usados para compra de minivans (menores que 1,3 litro) durante o período de março a dezembro de 2009. Em vigor também na zona urbana, o governo lançou planos de incentivo ao comércio de veículos usados e reduziu impostos incidentes sobre a venda de veículos novos, pequenos e econômicos (menores que 1,6 litro) de 10% para 5% até 31 de dezembro de 2009.

Indústrias siderúrgica, naval, petroquímica, de eletroeletrônicos, de tecnologia de informação, de maquinários para manufatura e têxtil também foram listadas como prioridade para 2009. Algumas destas, antes mesmo do início das plenárias do NPC, já eram alvo de medidas especiais. Em fevereiro, o governo havia anunciado aumento na devolução de impostos (*tax rebate*) de 14% para 15% para exportadores da indústria têxtil, bem como aumento da parcela de devolução de impostos para aquisição de componentes-chave importados utilizados na produção de navios cargueiros na China.

Embora as exportações chinesas para o mundo tenham registrado redução de seu ritmo de expansão nos últimos meses, o governo chinês evitou especificar quais mecanismos serão implementados para atenuar tal desaceleração. Apenas mencionou que incentivará criação de créditos de exportação por instituições financeiras domésticas, acelerará reformas no sistema de imposto sobre valor agregado (VAT), aumentará recursos destinados ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas, bem como estimulará internacionalização de empresas chinesas e aquisições no exterior.

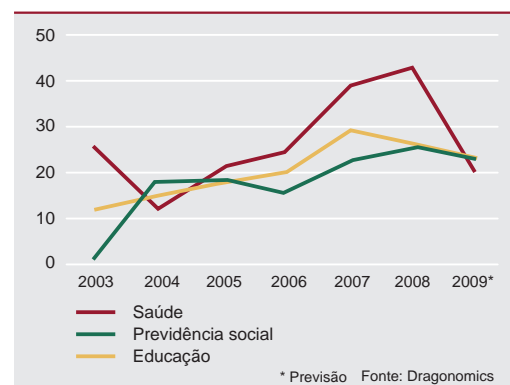
Diante de perspectiva do volume de medidas para estimular a economia e usuais investimentos em questões sociais, a expectativa do governo é de que o aumento dos gastos públicos sejam de 22% em 2009. Pelos mesmos motivos, a receita prevista deverá reduzir vertiginosamente ritmo de expansão, de 25% registrados em 2008 para prováveis 8%. Embora esteja sendo esperado déficit de aproximadamente US\$ 139 bilhões para 2009, tal montante não deverá oferecer riscos significativos em razão de representar cerca de apenas 3% do PIB, reforçou Wen Jiabao.

Balanco fiscal



Educação e saúde – Fontes de descontentamento social, sobretudo na região rural, os sistemas de saúde e educação novamente receberão mais verba para ampliação de seus serviços. Entretanto, o aumento proposto para 2009 é inferior à tendência observada em anos anteriores. A aparente redução de gastos sociais indica mudança de foco do orçamento público, priorizando investimentos infraestruturais e, conseqüentemente, reaquecimento econômico e redução de pressão sobre índice de desemprego.

Var. (%) anual de gastos sociais



Leia mais

Carta da China 41

Carta da China 42

Dentro da já anunciada reforma do sistema de saúde, nos próximos três anos o governo pretende construir 29 mil novos hospitais e clínicas públicas, além de elevar para 90% o número de trabalhadores rurais e trabalhadores e desempregados urbanos cobertos por seguros de saúde básicos. A redução de gastos das famílias com medicamentos também estão entre os planos de Pequim, que anunciou maior controle da produção, distribuição e precificação destes produtos.

Já no sistema educacional, dentre as principais iniciativas previstas para 2009 está o início do programa de educação gratuita aos estudantes que cursam o equivalente ao ensino médio técnico brasileiro e graduação em cursos relacionados à agricultura. O benefício, que se estende somente a residentes de baixa renda da zona rural, é acompanhado da garantia do direito à educação pública aos filhos de famílias migrantes – até então o direito à escola gratuita estava condicionado à província de origem, ou seja, crianças que se mudavam junto com seus pais em busca de melhores condições de vida perdiam acesso ao sistema público.

Alimentos, ainda uma preocupação – Em 2007 e 2008, alimentos foram apontados como principais responsáveis pelos picos inflacionários. Contudo, embora inflação não esteja mais entre os maiores desafios do ano, Wen Jiabao dedicou relevante parte de seu pronunciamento à necessidade de modernizar o setor agrícola, de forma a atender crescente demanda e acumular estoques capazes de atenuar pressão inflacionária em períodos de choque de oferta - sobretudo de grãos, algodão, óleos e carne de porco.

De acordo com o primeiro-ministro, é fundamental aumentar produção nacional de grãos, um dos principais componentes da cesta básica chinesa. Para 2009, o crescimento deverá ser de 50 milhões de toneladas e, para tanto, estão previstos novos projetos de irrigação, melhorias de infraestrutura de distribuição, investimento em tecnologia e pesquisas no setor.

Investimentos do governo central por setor em 2008 e previsão para 2009

Setores	2008	2009
Agricultura	US\$ 87,2 bilhões	US\$ 104,8 bilhões
Ciência e tecnologia	US\$ 17,1 bilhões	US\$ 24,4 bilhões
Meio ambiente	US\$ 6,2 bilhões	US\$ 7,3 bilhões

Fonte: Congresso Nacional do Povo e Banco Mundial

Meio ambiente perde relevância – Programas de incentivo a despoluição e redução de emissão de gases nocivos, lançados pelo governo com o intuito de amenizar críticas internacionais quanto à degradação ambiental na China durante os Jogos Olímpicos de 2008, demonstraram resultados. Embora o país ainda tenha longo caminho a

percorrer para tornar-se exemplo, a China conseguiu reduzir em 2008 significativos 5,95% a emissão anual de dióxido sulfúrico e em 4,42% a demanda por oxigênio químico, valores respectivamente inferiores 1,29 p.p. e 1,28 p.p. ao registrado em 2007.

O consumo de energia per capita, por sua vez, também apresentou redução, de 1,32 p.p. se comparado a 2007 e 3,36 p.p. com base em 2006, encerrando 2008 com queda de 4,59%. Com o aparente sucesso de campanhas para uso consciente de recursos energéticos no período pré-olímpico, governo central pretende lançar nova campanha nacional de incentivo à economia de energia em 2009.

Durante as reuniões do 11º Congresso, o tema meio ambiente não obteve o mesmo destaque dos dois últimos anos. Ao contrário do que vinha sendo observado, não foi mencionada qualquer intenção de aumentar esforços governamentais para punir indústrias excessivamente poluentes, restringindo-se somente a promessa de maior fiscalização das mesmas. Com a desaceleração econômica do país, proteção ambiental parece voltar a ser ônus o qual Pequim não pretende necessariamente somar ao setor empresarial chinês, tampouco ao orçamento governamental, visto que desde o lançamento do pacote de estímulo em novembro de 2008 o montante destinado ao meio ambiente já foi reduzido.

Democracia “socialista” – O término das Olimpíadas atenuou a pressão internacional e reduziu o nível de comprometimento, aparente, do governo chinês em acelerar reformas políticas no país. Tal afirmativa se deve não porque Pequim tenha deixado de reconhecer a necessidade de processo de democratização “socialista”, mas sim pelo conteúdo do discurso proferido pelo primeiro-ministro chinês na abertura do NPC. Este se concentrou em destacar a manutenção de esforços para aprimoramento dos mecanismos de autogovernança e administração democrática a nível local, e não mais exaltar conquistas democráticas já realizadas, bem como unidade entre diferentes esferas governamentais quanto ao tema. Em outras palavras, foi como se já não tivesse mais que “prestar contas” aos defensores da maior abertura política. Uma vez passado os Jogos Olímpicos, a reforma retoma, de maneira menos disfarçada, a exata velocidade desejada pelo Partido.

Dessa forma, restringir iniciativas de cunho democrático ao nível local não é novidade. Para a instauração do que o governo central chama de “democracia socialista” é fundamental manter sob total controle estatal o processo de transição. Nesse sentido, ainda não se pode imaginar expansão de “canais democráticos e realização de eleições democráticas”, como citado por Wen Jiabao, em esferas provincial e nacional.

Sob cenário de desaceleração econômica, a China se viu forçada a alterar sua agenda de prioridades, o que ficou claro no 11º Congresso Nacional do Povo, porém possível visualizar já ao final de 2008. Apesar de ainda relevantes, temas antes recorrentes e que moviam grandes esforços governamentais - seja por “exigência” de outros países e organismos internacionais ou pelo reconhecimento do próprio governo - tornaram-se secundários. Ironicamente, os fantasmas inflação e superaquecimento se converteram em apostas por deflação e sucessão de medidas pró-liquidez e pró-consumo. ■

Comércio bilateral

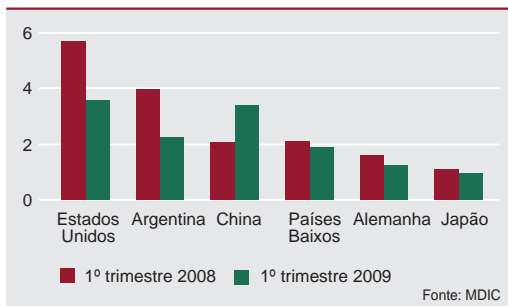
China ultrapassa os Estados Unidos e se torna principal destino das exportações brasileiras em março

Contrariando tendência de desaquecimento do comércio internacional, exportações brasileiras para a China registraram crescimento expressivo em março de 2009, de 158,1%, o que fez do mercado chinês principal destino dos produtos brasileiros no mês. Em momento de crescente desaquecimento da demanda mundial, a balança comercial brasileira havia apresentado em janeiro seu primeiro déficit desde março de 2001. Já no primeiro trimestre de 2009, as exportações totais brasileiras apresentaram queda para seus principais compradores, com exceção da China.

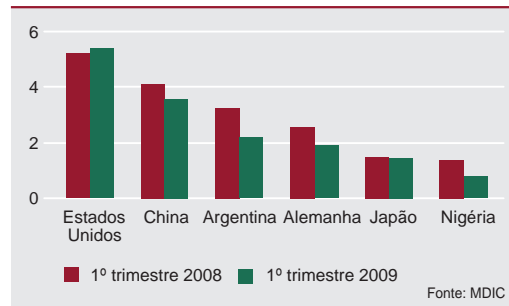
As vendas brasileiras para a China somaram US\$ 3,395 bilhões no acumulado de janeiro a março, representando aumento de 62,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Já importantes parceiros comerciais como Estados Unidos e Argentina, no mesmo período, tiveram queda acentuada nas vendas brasileiras, de 37,6% e 43,7% respectivamente.

As compras brasileiras do exterior registraram redução em valor com seus principais parceiros no primeiro trimestre, incluindo queda de 12,8% da China. A única exceção foi crescimento de 2,1% dos produtos importados dos Estados Unidos. A queda das importações brasileiras da China indica início desaquecimento da indústria brasileira, uma vez que a maioria da pauta de importações (mais de 70%) corresponde à máquinas, equipamentos e matéria prima industrial. Somente no primeiro trimestre de 2009, máquinas, por exemplo, apresentaram redução de 30% em relação ao mesmo período de 2008.

Exportações brasileiras por trimestre - US\$ bilhões

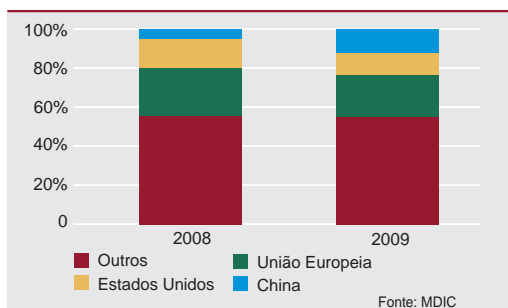


Importações brasileiras por trimestre - US\$ bilhões

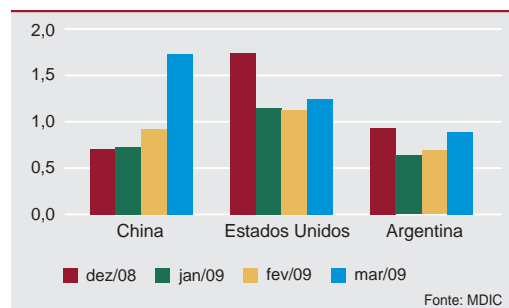


Exportações de produtos brasileiros para a China têm observado rápido crescimento desde o final de 2008. A participação chinesa nas vendas brasileiras aumentou de 5% no primeiro trimestre de 2008 para 11% em igual período de 2009. Tal crescimento deve-se principalmente ao aumento das exportações de soja em grãos e de minério de ferro. No caso da soja em grãos, cuja expansão foi de 104,8% e as exportações somaram US\$ 556,6 milhões, as principais razões foram estocagem para aproveitar baixos preços no mercado internacional, seca ocorrida em janeiro na China e dificuldades enfrentadas pelos produtores argentinos devido à seca que atingiu o país no início do ano e greve dos principais produtores. No entanto, é importante lembrar que não houve embarque de soja em grãos em janeiro de 2008, o que explica parcialmente considerável diferença.

Part. (%) nas exportações brasileiras



Exportações brasileiras por mês - US\$ bilhões



As vendas de minério de ferro para a China no primeiro trimestre de 2009 expandiram 112,5% em valor e 35,3% em volume, se comparados ao mesmo período do ano anterior. Esta expressiva discrepância em valor deve-se, sobretudo, ao aumento de cerca de 65% no preço da commodity ter entrado em vigor somente em agosto de 2008. Após agosto, contudo, em razão de estoques abarrotados e significativa desaceleração no ritmo de construções na China, volume de minério de ferro importado pelo país asiático foi menor, tendo o último trimestre de 2008 registrado redução de 30%.

Dessa forma, expressivo crescimento dos embarques de minério de ferro para a China em março de 2009, de 49,3% em valor e 37,7% em volume se comparados ao mês anterior, pode ser explicado de duas formas: simples recomposição de estoques que chegaram ao limite mínimo de segurança em janeiro, ou recomposição de estoques junto a impactos iniciais da implementação do pacote de estímulo. Deve-se ressaltar que, caso tal crescimento tenha ocorrido em razão de simples recomposição de estoques, este não deverá ser mantido por muito tempo.

Exportações brasileiras para a China - US\$ milhões

Produtos ou famílias de produtos	Acumulado			Mensal		
	Jan-Mar 2009	Jan-Mar 2008	Var. (%)	Fev. 2009	Mar. 2009	Var. (%)
Petróleo e derivados	117,93	130,91	-9,92	0,02	27,34	113.815,75
Minério de ferro	1.711,51	805,25	112,54	544,09	812,53	49,34
Complexo soja	611,20	398,40	53,41	115,40	465,80	303,64

Fonte: MDIC

O Ministério do Comércio da China (MOFCOM, na sigla em inglês) prevê aumento de 61% com gastos para compra de excedentes de grãos, óleos e outros produtos ao longo de 2009. Além do acréscimo no volume de soja e minério de ferro importado pela China, outro fator indicativo do processo de estocagem de commodities é a elevação do volume de

petróleo exportado pelo Brasil para o país asiático. Apesar de não ter representado grande expansão em valor na pauta de exportações devido à queda de preços, petróleo registrou aumento de 105,1% no volume vendido, quando comparado aos três primeiros meses de 2008.

Leia mais

Carta da China 44

Commodities brasileiras têm-se mostrado importantes para o plano de estímulo lançado pela China no final de 2008. Um dos focos do plano é aumentar gastos em construções, em especial em infraestrutura, estimulando a indústria pesada e setor energético. Dessa forma, o Brasil posiciona-se como parceiro estratégico e importante fornecedor de bens como minério de ferro e petróleo. Alguns resultados do pacote já podem ser sentidos, a exemplo de crescimento de 2,4% na produção de aço nos dois primeiros meses de 2009 e aumento da importação de minério de ferro pelo país asiático.

Em cenário de grave crise mundial, enquanto os principais compradores de produtos brasileiros observam desaquecimento em suas economias, a China destacou-se como principal destino das exportações do Brasil em março. Ainda que o aumento das vendas brasileiras ao país asiático seja, sobretudo, devido à apenas três produtos, o incremento nas exportações é visto como bastante positivo. A continuidade do crescimento nas compras de *commodities* brasileiras deverá permanecer caso haja retomada da economia chinesa nos próximos meses. Segundo analistas da consultoria *Dragonomics*, a utilização do estoque de alguns setores estratégicos só será finalizada no segundo trimestre de 2009, podendo-se estimar, assim, que as compras chinesas deverão manter-se aquecidas até então. ■

Investimento

China muda foco de investimentos no exterior e prioriza ativos estratégicos ao seu crescimento

Necessidade de garantir recursos naturais indispensáveis à manutenção do crescimento da economia chinesa e agravamento da crise financeira internacional redirecionaram o foco de investimentos da China no exterior, em 2009, para *commodities*. Pequenas e médias empresas, que em 2008 destinaram maior parcela de seu capital no estrangeiro a negócios relacionados à aquisição de ativos de empresas que exploram matéria prima, terão processo de investimento direto no exterior facilitado, conforme anúncio do governo chinês em março. A atenção especial da China a recursos naturais também pode ser ilustrada pela priorização desses produtos pelo China Investment Corporation (CIC, na sigla em inglês), após acumular prejuízos em suas aquisições de 2008.

A partir de 1º de maio de 2009, investimentos de empresas chinesas no exterior de valor inferior a US\$ 100 milhões não necessitarão de aprovação do governo central, passando ao controle de autoridades locais. A medida objetiva simplificar aquisição de ativos estratégicos no exterior por pequenas e médias empresas domésticas. Em 2008, investimentos em valores inferiores a US\$ 100 milhões responderam por 85% dos US\$ 52,15 bilhões investidos fora do país e, desse montante, apenas US\$ 11,5 bilhões foram destinados a ativos financeiros, enquanto cerca de 78% restantes tiveram outros setores como alvo.

Já o CIC declarou que em 2009 irá focar seus investimentos em ativos energéticos e *commodities* em seu portfólio de investimentos em detrimento de investimentos em instituições financeiras. A mudança reflete enormes perdas decorrentes de investimentos no grupo de *private equity* Blackstone e no banco Morgan Stanley, assim como incerteza sobre solvência de múltiplas instituições financeiras. O avanço no processo de aquisições no exterior por estatais chinesas no setor de mineração pode ser comprovado pela oferta da Chinalco de US\$ 19,5 bilhões para expandir participação acionária e adquirir ativos estratégicos na anglo-australiana Rio Tinto.

Leia mais

Carta da China 45

As novas políticas adotadas pelo governo chinês encaixam-se em planejamento maior de estimular investimentos da China no exterior e abastecimento a crescente demanda por recursos naturais. A expectativa é de que em 2009, pela primeira vez na história, o volume de investimentos diretos chineses fora do país supere entrada de investimentos diretos estrangeiros na China. A necessidade de assegurar recursos estratégicos ao seu crescimento, aliada às novas condições do cenário internacional deverão ser cruciais para determinar padrão de investimento no exterior do país asiático. ■

Relacionamento bilateral

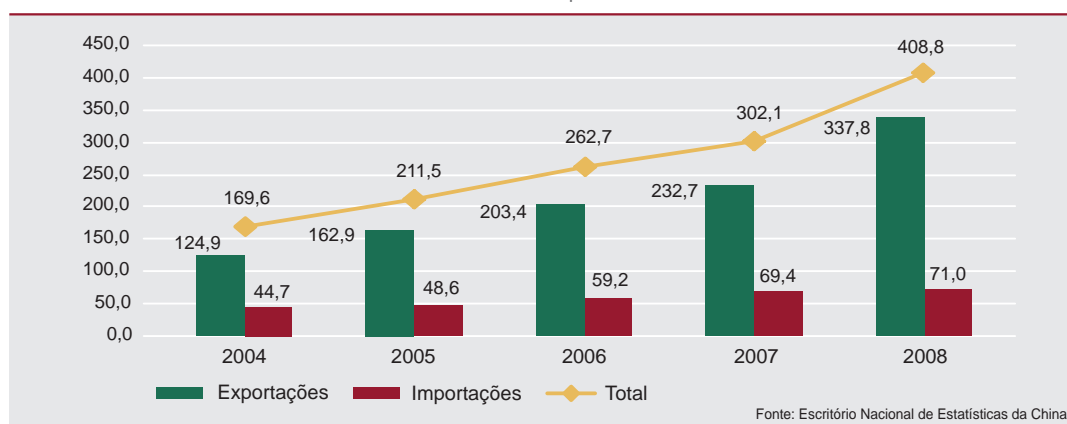
Oscilações marcam início do relacionamento entre China e Estados Unidos na era Obama

A chegada de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos criou expectativas quanto à possível mudança no relacionamento com a China, uma vez que durante o governo de George Bush houve grande proximidade entre os dois países. Pode-se considerar que a administração Bush, apesar de constantes críticas à política monetária chinesa e questões envolvendo direitos humanos, estreitou laços entre os países, em especial, por meio do Mecanismo de Diálogo Estratégico (SED, na sigla em inglês). Contudo, ainda não se pode afirmar com precisão qual rumo seguirá o relacionamento sino-norte-americano após eleição do novo presidente. Desde a posse de Obama, em 20 de janeiro de 2009, este relacionamento foi marcado por episódios que inicialmente indicaram maior aproximação, porém, últimos eventos apontam para ambiente mais hostil.

Em 26 de janeiro de 2009, o atual secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, em documento endereçado ao congresso, acusou a China de manipular sua moeda e prometeu que a administração Obama adotaria medidas severas nesse sentido. O uso do termo “manipulação da moeda”, que foi evitado durante todo o governo Bush, implicaria em medidas mais concretas contra a China por parte dos Estados Unidos, em especial, pelo congresso norte-americano. Em resposta, a China declarou que crítica à política monetária chinesa apenas elevaria protecionismo dos Estados Unidos e agravaria problemas ocasionados pela crise internacional. Todavia, apesar de tal acusação de Geithner, o vice-presidente norte-americano Joe Biden declarou que o governo do país ainda não havia decidido formalmente se a China de fato manipula sua moeda, amenizando temporariamente clima hostil criado por tal afirmação.

Em fevereiro de 2009, Hillary Clinton liderou a primeira visita de representante do governo Obama à China, também sua primeira viagem internacional desde que assumiu o posto de secretária de estado. A escolha pela China como primeiro destino indica importância dada pela nova administração norte-americana ao país asiático e necessidade de busca por aproximação. Vale ressaltar que os chineses são os segundos maiores parceiros dos Estados Unidos, tendo em 2008 comprado US\$ 71,5 bilhões e exportado US\$ 337,8 bilhões para os norte-americanos. Ainda, em 2008 a China superou o Japão e se tornou o maior detentor dos títulos do tesouro norte-americano. Clinton declarou que “os Estados Unidos não consideram a China inimiga, ao contrário, que ambos os países contribuem e se beneficiam com o sucesso do outro”. Durante a visita foi estabelecido que os países manterão diálogo constante e cooperarão em assuntos como a crise financeira mundial, proteção ao meio ambiente, energia e mudanças climáticas.

Comércio da China com os Estados Unidos – US\$ bilhões



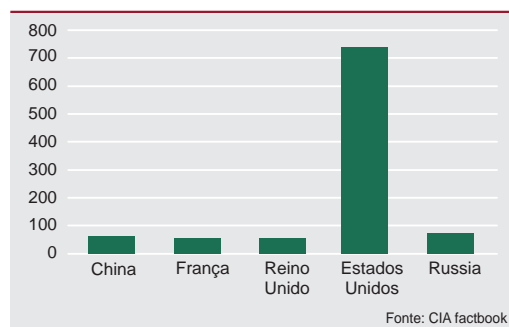
Ambiente amistoso também prevaleceu nas discussões sobre questões militares, quando foi retomado diálogo entre os países. As discussões foram rompidas em outubro de 2008 pelos chineses, em protesto à venda de armas dos Estados Unidos para Taiwan, que totalizou US\$ 6,5 bilhões. A pauta de debate foi dominada por cooperação em regiões estratégicas como Paquistão, Afeganistão, Ásia Central e Somália – onde as marinhas de ambos trabalham em conjunto no combate à pirataria. A reaproximação foi reforçada pelo subsecretário de defesa para o leste asiático, David Sedney, que declarou que enquanto

grandes potências ascendem fazendo uso da violência e causando instabilidade, esse não é o caso da China.

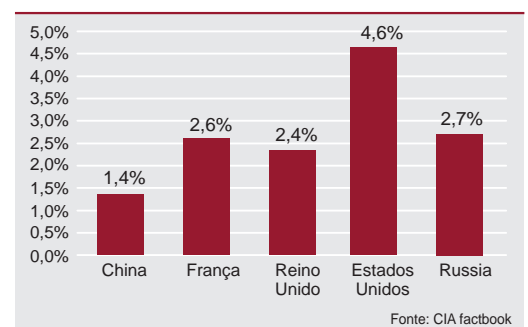
O clima harmonioso, contudo, foi interrompido alguns dias depois, com o incidente envolvendo navio norte-americano na costa do país asiático. Os Estados Unidos acusaram a marinha chinesa de realizar manobra hostil perto de sua embarcação que operava em águas internacionais. Segundo os norte-americanos, o navio USS Impeccable conduzia vigilância oceânica rotineira em águas internacionais, quando quatro embarcações chinesas o cercaram e ordenaram que se retirassem do local. A marinha norte-americana considerou a atitude antiprofissional e contrária às leis internacionais de navegação, pois colocou em risco a segurança de tripulantes do Impeccable. A China respondeu às críticas, acusando a marinha norte-americana de realizar atividades ilegais de vistoria em águas chinesas. O governo chinês declarou que o Impeccable encontrava-se na zona econômica especial da China e que tal atitude feria a Convenção das Nações Unidas para Leis de Navegação, além de violar leis e regulações chinesas. Como resultado, os Estados Unidos enviaram um *destroyer* para proteger o USS Impeccable, enquanto a China colocou seu maior e mais moderno navio patrulheiro na região.

As tensões iniciadas pelo incidente naval ganharam novo capítulo com a divulgação do orçamento militar da China para 2009, que sofrerá aumento de 14,9%. Os gastos militares totalizarão US\$ 70,3 bilhões e, segundo o governo chinês, serão direcionados para melhoria de salários e subsídios aos soldados, compra de equipamentos, construção de instalações mais modernas para as forças armadas e reconstrução das instalações afetadas pelo terremoto na província de Sichuan. Ainda, está previsto fortalecimento da capacidade de respostas a desastres naturais e operações antiterrorismo. O exército chinês apesar de ser, em números, o maior do mundo não possui o nível de modernização de outros grandes exércitos. O orçamento militar de 2008 – que correspondeu a 6,3% dos gastos totais do governo chinês e 1,4% do PIB do país – é considerado pequeno pela China, porém, foi extremamente contestado pelos Estados Unidos, que afirmaram não haver transparência nos dados e que estes são na realidade três vezes superiores ao anunciado.

Gastos militares em 2008 – em US\$ bilhões



Part. (%) de gastos militares no PIB em 2008



Em meio às questões militares, outro assunto, este de ordem econômica, acirrou o relacionamento bilateral sino-norte-americano no final de março. Os chineses que em 2008 tornaram-se os maiores detentores de títulos do tesouro dos Estados Unidos, com a economia norte-americana cada vez mais deteriorada, têm expressado forte preocupação com a saúde de seus investimentos naquele país. Após aprovação do pacote de estímulo norte-americano que reduzir valor dos ativos em dólares, o primeiro-ministro Wen Jiabao manifestou-se oficialmente, pedindo à administração Obama que “preservassem a segurança dos ativos chineses”, que ultrapassaram US\$ 739 bilhões em janeiro de 2009.

Mesmo depois dos Estados Unidos garantirem segurança dos investimentos chineses, o Banco Central da China endossou controversa proposta russa de substituição do dólar como moeda internacional de reserva. Segundo o governo chinês o agravamento da crise mundial evidenciou as fragilidades e riscos do atual sistema monetário internacional. A idéia é criar novo sistema controlado pelo FMI, no qual exista moeda internacional desvinculada de um único país e estável no longo prazo. A proposta chinesa foi prontamente rechaçada por Timothy Geithner e também pelo presidente do Federal Reserve (Fed), Ben Bernanke, e novamente aumentaram tensões entre os dois países.

Entendendo a proposta chinesa de nova moeda internacional de reserva

A China propôs substituição do sistema monetário como forma de reduzir os riscos inerentes ao dólar como moeda internacional de reserva. A proposta chinesa prevê fortalecimento da “moeda” do Fundo Monetário Internacional (FMI), Direito Especial de Saque (SDR, na sigla em inglês) para que esta substitua o dólar e se torne moeda internacional de reserva. Em primeiro lugar, a SDR, que atualmente pode ser usada somente em transações entre governos e instituições, deveria ser aceita como moeda de troca em operações financeiras e comerciais. O uso desta em tais transações reduziria flutuação de preços de bens fixados em moedas nacionais e seus riscos relacionados. Em segundo lugar, criar ativos financeiros fixados em SDR a fim de torná-la mais atrativa. Por fim, aumentar valoração e alocação da SDR, ou seja, expandir a cesta de moedas nas quais esta é lastreada – atualmente são quatro: dólar, euro, iene e libra esterlina – a fim de incluir moedas das maiores economias internacionais. Vale ressaltar que tal cesta é redefinida a cada quatro anos, de acordo com critérios como total das exportações de bens e serviços e reservas fixadas em tais moedas e que a proposta chinesa adiciona o valor do PIB como outro fator de relevância na escolha. O FMI seria responsável por monitorar a SDR e, com isso, se estaria também fortalecendo papel da instituição.

A crescente importância chinesa no cenário mundial, em especial em tempos de crise financeira internacional, tem requisitado atenção especial da Casa Branca ao país asiático. Os norte-americanos parecem divididos sobre se alinhar aos chineses como meio de amenizar a crise econômica domesticamente ou frear processo iminente de transição de poder hegemônico no sistema internacional, que substituiria os Estados Unidos pela China. Enquanto Timothy Geithner afirmava que o país asiático manipulava sua moeda, Hillary Clinton ressaltou em sua visita à China um se beneficia do sucesso outro e, portanto, os países não devem se enxergar como inimigos. A China, por sua vez, parece ter incorporado papel de liderança e tem dado indícios de que busca cada vez mais se consolidar como nova potência mundial. Podem ser observados como exemplos posicionamento no incidente naval entre China e Estados Unidos, declaração de Wen Jiabao sobre os títulos do tesouro norte-americano e proposta para mudança no sistema monetário internacional.

Ainda não é possível afirmar se e por quanto tempo o governo chinês manterá tal postura devido a ambiente externo instável em razão da crise. Porém, acontecimentos do início de 2009 podem significar mudança no comportamento da China frente aos Estados Unidos e novos rumos para este relacionamento bilateral. ■

Lei Antimonopólio

Rejeição de oferta da Coca-Cola por Huiyuan Juice Group gera incerteza entre investidores

Contrariando discurso favorável à menor intervenção estatal na economia e valorização da transparência em processos decisórios, o Ministério de Comércio da China (MOFCOM, na sigla em inglês) rejeitou oferta de US\$ 2,4 bilhões proposta pela Coca-Cola pela compra da fabricante de sucos Huiyuan Juices Group, em fevereiro de 2009. A justificativa do MOFCOM, de que a aquisição contraria princípios básicos da nova Lei Antimonopólio, causou desconfiança em investidores estrangeiros e poderá atrapalhar processo de internacionalização de empresas chinesas.

O anúncio da oferta da Coca-Cola, realizado em setembro de 2008, causou onda de protestos entre a população chinesa, sobretudo na internet, contra a venda da Huiyuan para a multinacional norte-americana. A Huiyuan detém cerca de 42% do mercado de sucos puros da China e é uma empresa de capital privado. Vale ressaltar que, em novembro de 2008, o MOFCOM havia aprovado fusão da InBev com Anheuser-Bush

Leia mais

Carta da China 40

[Leia mais](#)

[Carta da China 43](#)

[Leia mais](#)

[Carta da China 31](#)

somente sob limitação da participação do grupo nas cervejarias chinesas Tsingtao e Zhujiang.

Com base na Lei Antimonopólio, aprovada em 2007 e em vigor desde agosto de 2008, o MOFCOM deu início à investigação sobre possíveis impactos da transação no mercado consumidor chinês. Durante 120 dias de análise, por duas vezes, a Coca-Cola enviou propostas para remediar possíveis danos à competitividade no mercado de sucos, posteriormente consideradas insuficientes pelo órgão.

A decisão final do MOFCOM apontou três possíveis efeitos danosos ao mercado gerados pela aquisição da Huiyuan pela Coca-Cola: potencial fortalecimento excessivo da marca Coca-Cola, que já possui a linha de sucos Minute Maid e ainda iria adquirir a forte marca Huiyuan; preocupação com a capacidade de pequenas e médias empresas competirem no mercado interno; e possíveis estratégias de venda casada de produtos, aproveitando-se da predominância da Coca-Cola no mercado de refrigerantes.

A última alegação divulgada pelo governo chinês foi considerada por muitos analistas inválida, uma vez que não é prevista pela Lei Antimonopólio, sendo de responsabilidade de outro órgão governamental, a Administração Estatal de Indústria e Comércio (SAIC, na sigla em inglês), que não foi consultado durante processo de avaliação. De acordo com o *Dragonomics*, isto seria indício de que o impedimento desta aquisição possui razões que vão além de preocupação com competitividade no mercado.

Decisão fortalece opositores a investimentos chineses – O veto à operação gerou imediatas reações negativas internacionalmente. A Câmara de Comércio da União Européia em Pequim pediu detalhes sobre o motivo da rejeição da transação e ressaltou necessidade de “maior transparência e menos barreiras à entrada de empresas estrangeiras no mercado chinês”. A divulgação apenas do sumário da investigação do MOFCOM, sem fornecer detalhes sobre dados considerados no processo decisório, aumentou incerteza entre investidores estrangeiros, que temem utilização da Lei Antimonopólio como pretexto para barrar a compra de empresas chinesas por empresas estrangeiras. Aos olhos de investidores, paulatinamente ao incentivo a compra de empresas estrangeiras por estatais chinesas, Pequim dificulta a aquisição de empresas nacionais por multinacionais estrangeiras.

Tal movimento protecionista fortalece discursos contrários a investimentos chineses no exterior e pode retardar processo de internacionalização de empresas domésticas. Atualmente, proposta de aquisição de ativos da Rio Tinto pela chinesa Chinalco, no valor de US\$ 19,5 bilhões, e investimento da estatal Hunan Valin na mineradora Fortescue Metals Group enfrentam forte oposição doméstica na Austrália, estando ambas ainda sob avaliação do órgão governamental responsável por investimentos estrangeiros.

[Leia mais](#)

[Carta da China 45](#)

Em momento de crise internacional, com redução anualizada de 26% do Investimento Externo Direto (FDI, na sigla em inglês) no país nos dois primeiros meses de 2009 e crescentes medidas protecionistas contra exportações chinesas, a decisão do MOFCOM soa como retrocesso nos processos de abertura e modernização necessários à manutenção do elevado crescimento chinês. Maior transparência nos critérios da Lei Antimonopólio é fundamental para garantir aos investidores estrangeiros que decisões como esta são de caráter técnico e objetivam exclusivamente evitar práticas anticompetitivas, e não arroubos nacionalistas ou protecionistas. ■

Fusões e aquisições

Baosteel acelera processo de consolidação industrial e adquire participação em rivais menores

A Baosteel Group Corp., maior produtora de aço da China, anunciou, em fevereiro de 2009, aquisição de 56,15% da rival de menor porte Ningbo Iron & Steel Co., em conjunto com a Hangzhou Iron and Steel Group, que adquirirá participação restante. A Baosteel também recebeu aprovação do governo para adquirir outra siderúrgica menor, a Baotou Iron & Steel Co..

A China tem incentivado fusões e aquisições no setor a fim de aumentar competitividade e poder de barganha em negociações por minério de ferro. Estímulo ao processo de consolidação foi intensificado concomitantemente ao aprofundamento da crise

Leia mais

Carta da China 44

internacional e seus impactos sobre a economia chinesa, entre eles a desaceleração significativa do setor automobilístico e dos investimentos no mercado imobiliário. De acordo com a China Iron and Steel Association, em três anos apenas cinco siderúrgicas deverão ser responsáveis por 45% da produção chinesa de aço.

A compra de ativos da Ningbo pela Baosteel mostrou-se também relevante por ter sido uma das primeiras financiadas por empréstimos bancários, após regulamentação de dezembro de 2008 permitindo financiamento de fusões e aquisições por bancos comerciais. O China Construction Bank e o China's Bank of Communications emprestaram, em conjunto, cerca de US\$ 226,6 milhões do total de US\$ 459 milhões investidos na Ningbo pela Baosteel. Em janeiro de 2009, empréstimo de US\$ 240 milhões do China Development Bank para a CITIC Guo'an Group ampliar participação na Baiyin Group foi o primeiro realizado sob a nova lei.

Leia mais

Carta da China 38

Os principais beneficiários dos mais de US\$ 5,8 bilhões em financiamentos para fusões e aquisições já disponibilizados foram grandes grupos estatais, reforçando o interesse do governo chinês em aprofundar processo de consolidação industrial em curso. Para 2009, a China planeja reduzir a produção de aço em 8%, fechando unidades produtivas com tecnologia ultrapassada e aumentando eficiência energética. ■



Cidades famintas?

Autores: equipe da China Economic Quarterly

Um espectro está assombrando *brokers* de *commodities* e analistas de varejo: o espectro da China. Ao longo dos últimos anos, a urbanização acelerada da China tem sido usada para justificar todo tipo de estórias sobre demanda futura de *commodities* pesadas (minérios e combustíveis), *commodities* leves (grãos e outros alimentos) e bens de consumo. Alguns destes contos eram conjuntos de pura fantasia, ainda que impactantes; o exemplo favorito da CEQ foi uma obra em dois volumes, tão longa quanto "Guerra e Paz", de um famoso banco de investimentos, afirmando que os consumidores chineses superariam os norte-americanos como maiores motores do crescimento global até 2014. Apesar dos bem conhecidos problemas enfrentados pelos consumidores norte-americanos, essa previsão parece mais absurda a cada dia. Outros misturaram boa análise com uma dose de exagero de Relações Públicas: o argumento do "Superciclo de *commodities*" da Goldman Sachs é um exemplo.

Superciclos

Consumo de *commodities* pela China

Produtos	Part. (%) no consumo global de refinados 2008	Part. (%) no crescimento da demanda global 2000 - 2008
Aço	33	61
Alumínio	33	60
Cobre	28	101
Zinco	33	97
Níquel	28	114

Fonte: Macquarie Securities

Ao tratar destes temas, tentamos manter nossos leitores longe de palpites como estes e perto do porto seguro do senso comum. É bastante óbvio que a China está seguindo caminho de desenvolvimento industrial e urbano largamente similar àquele iniciado por seus vizinhos Japão, Coreia do Sul e Taiwan; é igualmente claro que o enorme tamanho da China faz com que este crescimento seja ainda mais significativo

para os mercados globais do que aquele do Japão nos anos 1960 e 1970. Esperamos que o crescimento e urbanização chineses irão continuar por cerca de mais duas décadas e que a demanda chinesa por *commodities* e bens de consumo crescerá substancialmente. As implicações deste crescimento da demanda, contudo, não são óbvias, graças a fatores variáveis como padrões de urbanização e distribuição de renda. Ao invés de darmos nossas próprias previsões para demanda por *commodities* e bens de consumo gerada pela urbanização chinesa (que, como todas as demais previsões, se mostraria errada de qualquer maneira), iremos fornecer direções gerais para avaliar a credibilidade das previsões dos demais.

Preparando as cidades - Consumo de aço da China vs. taxa de urbanização



1. *Commodities*

A explicação mais comum para os sete anos de *boom* global de matérias primas, recursos energéticos e produtos agrícolas que terminou em agosto passado era, simplesmente, a China. Como maior consumidora mundial de alumínio, cobre, chumbo, níquel, estanho, minério de ferro, aço, carvão, trigo, arroz, óleo de palma, algodão e borracha, a China foi ao mesmo tempo agradecida e culpada por ter sido pioneira da nova era de preços altos de matérias primas e alimentos. Como preços de *commodities* eram considerados

simples funções da demanda chinesa e esta era função dos processos de longo prazo de urbanização e crescimento de renda (e porque via-se a Índia vindo logo atrás, com potencial para criar um perfil de demanda similar), os proponentes do chamado “Superciclo de *commodities*” sugeriam que preços das *commodities* estavam em movimento geral de duas ou três décadas de aumento contínuo. Os céticos replicavam afirmando que o *boom* da China era simplesmente o último de uma série de episódios inflacionários que periodicamente interrompiam declínio de dois séculos dos preços de *commodities*.

A queda do ano passado, que fez desabar preços de *commodities* de 40 a 80% e cortou as principais taxas de frete para cerca de um décimo de seu pico, parecia ter decidido o debate em favor dos céticos: a maioria dos preços de metais havia reduzido cinco anos de ganhos e, em alguns casos, estavam sendo negociados apenas ligeiramente acima dos níveis das moribundas décadas de 1980 e 1990. Na realidade, a conclusão não é tão óbvia: dependendo da escala utilizada, tanto os defensores do “Superciclo” quanto os céticos podem estar certos. Jim Lennon, chefe de pesquisa de *commodities* da Macquarie Securities, ressalta que enquanto preço do cobre declinou de US\$6/lb (em preços de 2008) nos anos 1860, esse declínio no longo prazo foi pontuado por ciclos de alta de preço com duração média de 30 anos (1890-1915 e 1930-1965). Cada um destes “Superciclos” anteriores foi extremamente volátil e conteve episódios de quedas dramáticas de preço. Portanto, não é nada improvável imaginar que o *boom* de 2000-2008 foi simplesmente a primeira fase de tendência de alta dos preços de *commodities* que pode durar até 2025 ou 2030, incentivada principalmente pela urbanização de 20 a 30 milhões de cidadãos chineses e indianos a cada ano.

No curto prazo as coisas não parecem tão atrativas. Lennon destaca que enquanto nos últimos anos pensávamos que a demanda chinesa era o principal, ao longo dos próximos anos a demanda do país asiático tenderá a ser quase irrelevante, pois será em muito superada pela queda da demanda em todo resto do mundo. Ademais, uma vez que preços são função tanto da oferta quanto da demanda, o vasto aumento de oferta realizado nos últimos anos para atender à demanda chinesa está agora derrubando preços. Apenas quando o resto do mundo se estabilizar e o excesso de capacidade de produção for absorvido – em algum momento entre 2010 e 2013 – a China novamente emergirá como principal motor tanto da demanda quanto dos preços.

Metais pesados - É quase certo que a demanda chinesa irá recuperar-se. A China está agora em seu estágio de urbanização mais intensivo em uso de *commodities*, sendo a intensidade de metais quatro vezes superior aos países desenvolvidos e duas vezes maior que em outros países em desenvolvimento, de acordo com o Banco Mundial. O aumento da intensidade em metais, que começou em meados de 1990 e acelerou no início dos anos 2000, tem correlação com o aumento da taxa de urbanização de 30 para 40%. Em 2007, mais de 50% da demanda chinesa por aço e 44% da demanda por cobre era destinada às indústrias de construção e infraestrutura. Consumo de aço *per capita* em Xangai, que alcançou 78 kg em 2008, agora aproxima-se dos picos alcançados por Japão e Coreia do Sul, de acordo com a mineradora BHP Billiton (O corolário é que crescimento do consumo de aço em Xangai deve desacelerar consideravelmente, ainda que diversas outras cidades chinesas possam muito o que fazer para alcançá-la).

Mais do que papel-alumínio

Consumo de alumínio refinado por região, milhões de toneladas



de construções, devido a programa de recompensa das terras agrárias e à imensa concentração populacional ao longo do litoral. Uma vez que edifícios com mais de oito andares exigem proporcionalmente mais aço para reforçá-los do que estruturas menores, isso deve manter o consumo de metais elevado. O dragão faminto não está ainda satisfeito; está apenas fazendo uma pausa entre refeições.

Acredita-se que o aumento da intensidade no uso de metais deve atingir seu pico junto à taxa de crescimento populacional, em torno de 2015, e depois gradualmente decrescer. No entanto, previsões da indústria esperam que a intensidade permaneça elevada até 2030. A maior dúvida é se o resto do país seguirá o modelo de alta intensidade de Xangai. “Não é que o processo de urbanização em si seja intensivo em metais; é o tipo de urbanização que ocorre”, afirma Robin Bordie, economista de China da BHP Billiton. Mesmo que a China siga modelo disperso de urbanização, cidades menores deverão ter densidade relativamente alta

II. Mercado de varejo

Oficiais chineses geralmente veem cidades como motores eficientes de investimentos, porém, quando politicamente conveniente, argumentam também que a rápida urbanização acelerará consumo e diminuirá dependência do país de investimentos e exportações. Somos há muito tempo profundamente céticos quanto às afirmações exageradas feitas sobre o poder de consumo da pretensa “classe média urbana em ascensão”. Há poucas dúvidas de que, no longo prazo, a esperança de prosperidade da China – assim como de seus vizinhos do Leste Asiático – repousa na transferência da maioria dos trabalhadores do campo para empregos de maior produtividade nas cidades. Contudo, simplesmente mover um agricultor para uma fábrica não faz dele consumidor economicamente significativo. Ademais, impacto da urbanização nos mercados de varejo depende da distribuição espacial das cidades e de seu tamanho, assim como de padrões e políticas migratórias.

Residências chinesas com gastos anuais inferiores a US\$ 5.000,00 – ou seja, cerca de 90% da população – gastam a maior parte de sua renda em itens de subsistência como moradia, vestuário e alimentação. No entanto, o nível de consumo necessário para conduzir a economia chinesa e para permitir o surgimento de setor de varejo consolidado e organizado, ou criar mercado viável para produtos estrangeiros a preços elevados, requer nível de renda acima deste supracitado. Tais “residências consumidoras”, com gastos anuais superiores a US\$ 5.000,00, encontram-se fundamentalmente em três regiões – delta do rio Yangtze, delta do rio Pérola e corredor Pequim-Tianjin -, todas cercadas por megalópoles. Apesar de haver número cada vez maior de lares consumidores espalhados pelo restante do país, estes não estão concentrados o suficiente para justificar existência de venda e distribuição de diversos produtos e serviços. Segundo pesquisa realizada pela MasterCard, empresas multinacionais de bens de consumo requerem concentração de ao menos 200.000 lares consumidores para estabelecer mercado viável. A vasta maioria das cidades de segundo e terceiro portes da China não chegam perto desta concentração. O sistema de transporte chinês melhorou consideravelmente na última década, porém custos de distribuição permanecem como barreira para instalação no interior do país. Custos de logística respondem por cerca de 20% do preço médio dos produtos, enquanto nos Estados Unidos este valor é de 10%, segundo o Departamento de Comércio norte-americano.

Classe média baixa - Estudo de urbanização da McKinsey prevê que o crescimento da China seguirá um modelo disperso, com maioria dos habitantes urbanos espalhados em centenas de pequenas cidades. Este seria o pior cenário para consumo urbano, exacerbando problemas de distribuição e impedindo desenvolvimento de mercados consumidores concentrados. Residentes de cidades menores, no interior, são mais simples: poupam sua renda para compras infrequentes de bens de consumo duráveis como máquinas de lavar, microondas e geladeiras, mas possuem pouco poder de compra

disponível. “Participação do consumo em cidades pequenas está reduzindo, uma vez que a renda em centros urbanos maiores está crescendo muito mais rápido”, afirma He Yupeng, diretor do Centro para Reforma e Desenvolvimento de Municípios da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRRC, na sigla em inglês). “Quase nenhuma pequena cidade possui PIB *per capita* médio acima de US\$ 5.000,00”. Padrão de urbanização altamente disperso, formado por centenas de pequenas cidades, significa economia de consumo permanentemente abaixo de seu potencial.

Em teoria, urbanização concentrada daria maior suporte ao crescimento da renda e, portanto, do consumo. “Benefícios das aglomerações urbanas são grandes – a renda real por trabalhador aumenta de maneira acelerada com aumento do tamanho das cidades”, afirmam os economistas urbanos Chun-Chung Au e J. Vernon Henderson, da Universidade Brown. Todavia, apesar de cidades maiores chinesas, cuja renda média é mais elevada, não se pode afirmar que novos migrantes também receberão salários mais generosos (ou irão gastá-los). Trabalhadores migrantes tendem a viver em condomínios fora das cidades e possuir pouca renda disponível. A contribuição da urbanização para consumo depende da renda marginal e o padrão de vida da vasta maioria de migrantes nas grandes cidades é muito inferior padrão do morador médio das cidades. Ao longo do tempo, a renda *per capita* média irá elevar-se e mercados de varejo urbano crescerão. No entanto, se esforço maior não for feito para oferecer melhores serviços sociais aos migrantes – segurança básica e maiores incentivos para estabelecerem-se na cidade com suas famílias -, a China arrisca-se a terminar com uma subclasse urbana e não uma classe média. Isto dificilmente seria receita para um *boom* do consumo urbano.

Previsões para 2025

De acordo com estudo de urbanização da McKinsey, entre 2009 e 2025 a urbanização chinesa provavelmente produzirá os seguintes resultados:

- Pavimentação de 5 bilhões de m² de estrada
- Construção de 28 mil km de trilhos de metrô
- 170 cidades atingirão requisitos exigidos para construção de sistemas de trânsito de massa
- Construção de 5 milhões de novos edifícios com 40 bilhões de m² de espaço ocupado
- Entre 20 e 50 mil desses prédios poderão tornar-se arranha-céus (30 andares ou mais) – o equivalente a 10 cidades de Nova Iorque
- A China responderá por aproximadamente 20% do consumo de energia global e por um quarto do crescimento da demanda por petróleo
- A China precisará de 700 GW adicionais em capacidade de novas plantas de carvão

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 02.03.2009. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.



Comércio internacional

Argentina e China estabelecem memorando de *swap* cambial para financiar comércio em moeda local

Argentina e China assinaram memorando de entendimentos para estabelecer mecanismo de *swap* cambial no valor de US\$ 10,2 bilhões, ao final de março de 2009. O acordo foi estabelecido durante primeira participação da China em reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Medellín, após ser aceita como membro da organização em novembro de 2008. Este foi o sexto *swap* bilateral assinado por Pequim desde dezembro de 2008, após acordos semelhantes com Coréia do Sul, Hong Kong, Malásia, Bielorrússia e Indonésia, totalizando US\$ 95 bilhões.

[Leia mais](#)[Carta da China 42](#)

Pelo acordo, Argentina terá acesso a RMB 70 bilhões (US\$ 10,2 bilhões) para financiar, sobretudo, importações provenientes da China. O mecanismo de *swap* cambial é utilizado basicamente para pagamentos de operações de comércio internacional em moeda local, evitando assim pressões sobre o mercado de dólar. Apesar de, teoricamente, Pequim também ter acesso ao peso argentino por meio do *swap*, analistas apontam que, na prática, a operação é constituída basicamente por crédito fornecido à Argentina para compras de produtos chineses, arrefecendo assim demanda por dólares e resguardando reservas internacionais do país sul-americano em momento de crise. Embora as importações argentinas da China terem crescido 67% entre janeiro e outubro de 2008 com base em mesmo período de 2007, a desaceleração da economia argentina ocasionou retração destas em cerca de 15% desde o início de 2009.

Para a China, além dos acordos de *swap* cambial estimularem demanda por seus produtos – que retraíram 21% nos dois primeiros meses de 2009, frente a mesmo período de 2008 -, são também parte de estratégia mais ampla de fortalecimento do Renminbi como moeda de troca internacional. No entanto, analistas afirmam que o mecanismo de *swap* cambial pouco contribui para o fortalecimento do Renminbi como moeda de reserva internacional. De qualquer forma, em momento de crise internacional e de debate acerca de criação de moeda internacional de reserva, em parte fomentado por recentes publicações do Banco do Povo da China (PBoC, na sigla em inglês), a multiplicação de acordos de *swap* demonstra intenção chinesa de diminuir a supremacia do dólar norte-americano enquanto moeda de troca.

Energia I

COPEL e CYPC assinam acordo de cooperação e troca de informações

A Companhia de Energia do Paraná (COPEL) e a China Yangtze Power Company (CYPC), operadora da maior hidrelétrica mundial em capacidade instalada, a Usina de Três Gargantas, assinaram termo de cooperação visando ao compartilhamento de informações sobre suas operações, em março de 2009. Enquanto a COPEL espera aprofundar conhecimento sobre gerência de empreendimento de grande porte, a estatal chinesa deseja adquirir *know-how* em operação integrada de reservatórios em hidrelétricas instaladas em único rio, atividade realizada há mais de 30 anos pela COPEL no rio Iguazu.

O compromisso sino-brasileiro de intercâmbio de informações e tecnologias em projetos de infraestrutura, contudo, é anterior ao acordo firmado pela COPEL e CYPC. Em 2006, Brasil e China em 2006 assinaram acordo de cooperação no setor, que já incluía projetos hidrelétricos. A CYPC, criada em 2002 para gerenciar construção e operação da hidrelétrica de Três Gargantas, também firmou acordo de transferência tecnológica com Usina de Itaipu em 2007. Também alinhado ao acordo de 2006, a estatal chinesa Dong Fang venceu em fevereiro de 2009 licitação para fornecer 18 turbinas para consórcio Enersus, responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Jirau.

[Leia mais](#)[Carta da China 27](#)[Leia mais](#)[Carta da China 45](#)

Telecomunicações

Telemar capta US\$ 300 milhões do China Development Bank

A Telemar Norte Leste anunciou, em março de 2009, ter captado US\$ 300 milhões com o China Development Bank (CDB), a fim de financiar compra de equipamentos da empresa chinesa Huawei. O financiamento a empresas estrangeiras pelo CDB aumentou significativamente para fomentar as exportações chinesas. Geralmente, essas operações

estão associadas à aquisição de máquinas e tecnologia da China e, dessa forma, contribuem para inserção ou fortalecimento de empresas chinesas em mercados relevantes.

Tecnologia

UFRJ inaugura centro de pesquisa na China em parceria com a Universidade de Tsinghua

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe), inaugurou centro de pesquisa em Pequim e firmou parceria com a Universidade de Tsinghua, a fim de desenvolver projetos acadêmicos comuns e aumentar cooperação tecnológica - especialmente em biotecnologia, mudanças climáticas e exploração de petróleo *offshore*.

O Centro Brasil-China de Tecnologias Inovadoras, como é chamada a instituição de pesquisa, também catalogará fontes de biodiesel comuns a ambos os países com objetivo de desenvolver projetos conjuntos. A parceria, que tem apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), dos Ministérios das Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia do Brasil e do Conselho Empresarial Brasil-China, reflete interesse chinês em aproximar-se de países latino-americanos, ricos em recursos considerados estratégicos, a fim de garantir fornecedores estáveis e de longo prazo desses produtos.

Plano de estímulo

Estatais chinesas ampliam emissão de títulos para financiar investimentos e empréstimos

No período de janeiro a fevereiro de 2009, estatais chinesas emitiram cerca de US\$ 4,24 bilhões em títulos corporativos, equivalente a aumento de 36% frente ao mesmo período de 2008. Ainda que em termos absolutos o valor seja modesto, a ampliação de emissões representa importante fonte de financiamento a investimentos em infraestrutura previstos pelo plano de estímulo econômico.

[Leia mais](#)

[Carta da China 42](#)

Segundo órgão responsável pela aprovação de emissões de títulos, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês), mais de 50 empresas já solicitaram autorização para emissões no valor aproximado de US\$ 14,64 bilhões.

Emissão de US\$ 5,85 bilhões em títulos pelo China Construction Bank em fevereiro e anúncio do Bank of China (BoC) de que pretende emitir US\$ 17,7 bilhões em títulos ao longo dos próximos quatro anos, reafirmaram pressão que o governo chinês tem exercido sobre bancos estatais para que estes ampliem oferta de crédito a fim de atingir a meta de crescimento de 8% em 2009.

Economia

China iniciará plano de reestruturação da indústria automobilística

Em continuidade ao processo de reestruturação industrial, a China aprovou em março de 2009 plano de reforma de seu setor automobilístico. Atualmente apenas duas das 123 montadoras chinesas produzem mais de 500 mil unidades ao ano e essa fragmentação do setor gera ineficiência. O primeiro objetivo é, por meio de fusões, reduzir número excessivo de pequenas empresas que não estão aptas a competir internacionalmente. Com a reformulação, espera-se em três anos diminuir de 14 para 10 o número de grandes montadoras, que deverão ser responsáveis por mais de 90% da produção e vendas na China. Algumas das empresas aptas a tal expansão serão: First Automotive Works (FAW), Dongfeng Motor, SAIC e Changan.

A reforma busca também melhorar nível de produção de automóveis no país, estimulando programas de pesquisa e desenvolvimento e projetos com inovação tecnológica e de energia limpa. Para tanto, está previsto subsídio de US\$ 1,5 bilhão para desenvolvimento de energias alternativas, estimulando em particular a produção de carros híbridos elétricos. Por fim, com objetivo de melhorar qualidade de partes e componentes de veículos

produzidos na China, haverá também incentivos a indústrias relacionadas ao setor - siderúrgicas, química, máquinas construção, eletrônica e indústria têxtil, que receberão estímulos para aumento da escala de produção e inovações tecnológicas.

Infraestrutura

China Railway Construction obtém parte de consórcio para construção de ferrovia na Arábia Saudita

Durante visita oficial do presidente Hu Jintao à Arábia Saudita, em fevereiro de 2009, foi assinado contrato que concede a China Railway Construction parte do consórcio de US\$ 1,8 bilhão para construção de ferrovia no país que ligará a cidade portuária de Jeddah às cidades sagradas de Meca e Medinac. Também fazem parte do consórcio duas empresas sauditas, sendo a participação da empresa chinesa de 21,2%.

O projeto, de 450 km de extensão, tem como principal objetivo aliviar congestionamento de estradas durante período de peregrinação muçulmana, visto que será capaz de reduzir para aproximadamente 30 minutos o atual tempo do trajeto de 5 horas. Estima-se que a ferrovia já esteja em funcionamento em 2010, no entanto, somente poderá ser utilizada em sua capacidade plena em 2012.

Esta é a segunda viagem oficial de Hu Jintao ao país nos últimos três anos, o que confirma a importância estratégica da Arábia Saudita para a China como país fornecedor de recursos energéticos. Petróleo e derivados foram os produtos dominantes da pauta de comércio bilateral em 2008, que alcançou US\$ 46 bilhões. O acordo para a construção da ferrovia foi um dos cinco acordos firmados durante o encontro com o rei saudita Abdullah, que incluem maior cooperação nas áreas de mineração, energia, saúde e inspeção de qualidade e padronização de produtos e serviços.

Indústria

China busca estimular produção de alumínio aliviando gastos com energia

Governo chinês autorizou 15 produtoras de alumínio nacionais a negociarem preços de energia diretamente com produtoras e distribuidoras de energia, em março de 2009. A medida objetiva reduzir custos produtivos, a fim de estimular produção de alumínio e reduzir pressão sob lucros de empresas do setor, visto que eletricidade corresponde a cerca de 40% dos gastos totais de produtores. No entanto, o preço negociado estará sujeito à aprovação da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, sigla em inglês).

Com a desaceleração da economia chinesa, crise de liquidez internacional e aumento gradual de custos produtivos na China, a demanda e oferta de alumínio reduziram significativamente. Com a medida, governo central busca reaquecer o setor, que até pouco tempo atrás era alvo de políticas de contenção a sua expansão por ser, sobretudo, intensivo em energia – cerca de 6% da produção total de energia eram consumidos pela indústria de alumínio.

[Leia mais](#)

[Carta da China 40](#)

Energia II

China destina US\$ 35 bilhões para investimentos no setor energético

Como parte do pacote de estímulo à economia no valor de US\$ 586 bilhões, o governo chinês aprovou e iniciou, desde novembro de 2008, projetos no setor energético que somam mais de US\$ 35 bilhões. Ainda, parte da verba do pacote foi destinada aos setores petroquímico e de refino, com foco no aumento de estoques, benefícios fiscais e extensão de empréstimos. O crescimento acelerado, baseado em indústrias intensivas e pouco eficientes em energia, fez a China superar em muito o consumo energético previsto para o período 2000-2005. Ainda que desaceleração econômica e ganhos de eficiência reduzam demanda por energia em alguns setores da economia – parece haver excesso de capacidade geradora de energia elétrica em algumas regiões, por exemplo - o governo chinês está aproveitando a crise internacional e a necessidade de reaquecer a economia doméstica para atender a imperativos estruturais de longo prazo da economia chinesa.

[Leia mais](#)

[Carta da China 43](#)



Leia mais

Carta da China 45

Desde fevereiro de 2009, a China iniciou construção do setor oriental do segundo duto Oeste-Leste de gás natural, avaliado em US\$ 14 bilhões, além de ter começado obras do terceiro duto, que transportará gás do Turcomenistão, Cazaquistão e Uzbequistão para cidades chinesas do litoral. Afim de aprofundar cooperação com países estratégicos no fornecimento de petróleo, foi também anunciada construção de duas novas refinarias, em parceria com Rússia e Venezuela. A China National Petroleum Corporation (CNPC) e a russa OAO Rosneft construirão planta de refino com capacidade de 200 mil barris por dia (bpd) em Tianjin, enquanto a Petrochina e a estatal venezuelana PDVSA investirão cerca de US\$ 8 bilhões para construção de uma das maiores refinarias da China, em Guangdong, com capacidade de 400 mil bpd. Ainda, projetos importantes como construção de geradora de energia de 1.200 megawatts baseada em carvão em Henan e investimento de US\$ 5,8 bilhões em minas de carvão e plantas petroquímicas foram aprovados em dezembro de 2008.

Logística

Nova rota de transporte aproxima China, Rússia, Coreia do Sul e Japão

China, Rússia, Coreia do Sul e Japão inaugurarão nova rota de transporte marítimo-terrestre com objetivo de reduzir custo de transporte de cargas e pessoas, bem como estimular economia e turismo regional. O projeto, iniciado em 2006 e em fase final de testes, permite novo acesso ao alto mar pela província chinesa de Huichun, além dos já utilizados acessos pelo Mar de Bohai e Mar Amarelo, e contribui significativamente para programa de revitalização da região do nordeste chinês, lançado em 2003. O tempo de transporte entre os países envolvidos no acordo, antes de 5 a 6 dias, será reduzido para até 2 dias.

Os quatro países irão dividir investimentos, operação e administração da rota por meio de *joint-venture* com sede na Coreia do Sul - cuja participação sul-coreana será de 51%, enquanto China, Japão e Rússia terão respectivamente 16%, 16% e 17%. No projeto, Coreia do Sul será responsável pela coordenação e administração de fluxo de navios. Japão e China, por sua vez, fornecerão estrutura necessária ao funcionamento da rota. Já a Rússia deverá aperfeiçoar sistema alfandegário em seu território e também será responsável por armazenamento, carga, descarga e transporte de bens.

A ausência de sistema unificado para liberação alfandegária e inspeção portuária entre China e Rússia poderá atrasar inauguração da nova rota, prevista para maio de 2009.

Segurança

Comemoração de 50 anos de resistência tibetana ao domínio chinês não registra grandes protestos

Leia mais

Carta da China 44

Ao contrário de expectativas do governo central chinês, o aniversário de 50 anos da revolta tibetana contra a invasão chinesa, que levou ao exílio do líder espiritual local Dalai Lama, foi marcado apenas por movimentos pontuais. Dados oficiais confirmam que um monge foi morto por policiais chineses.

Tal cenário de menor violência pode ser explicado pelo forte esquema de segurança armado pelo governo chinês, que direcionou exército para bloquear acesso à província e reforçou controle sob regiões vizinhas que abrigam refugiados tibetanos. As fronteiras de Mianmar, Índia, Butão e Nepal com o Tibete também tiveram vigilância reforçada. Estima-se que essa tenha sido a maior mobilização do Exército de Libertação do Povo (PLA, sigla em inglês) desde o terremoto em Sichuan, ocorrido em maio de 2008.



Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Lara Azevedo e Thiago Scot

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design